



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

**ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO, REALIZADA EM TREZE DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE**

5 Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às dez horas e cinco minutos, por meio de
ferramenta de conferência *web* da RNP, foi realizada a terceira sessão ordinária do Conselho de
Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), sob a presidência da Vice-Diretora, Professora Silvia Rufino
e com a presença com a presença dos conselheiros titulares (ou substituindo o titular): Alexandre
Martinez, Eduardo Ogasawara, Ana Clara Leite, Hilário Gonçalves, Camila Carneiro Dazzi,
10 Flávia Lima, Ricardo Araújo, Bernardo Gomes, João Terêncio Dias, Lais Amaral Alves, Renato
Lanna Fernandez, Angelo Marcio da Silva, Christian Vincenzi Nunes, Gilberto Castello Branco,
Marta Máximo Pereira, Nelson Mendes Cordeiro, Frederico de Oliveira, Fabiano A. Oliveira,
Wladmir Henriques Motta, Denise Gentili, Carlos Eduardo Pantoja, Fernando Neves, André
Moraes, Patrícia Crossetti, Francisco Cirto, Everton Pedroza dos Santos, Nilson Lazarin, Ronilson
15 Pinho; conselheiros suplentes: Myrna da Cunha, Alzemar Boy, Priscila dos Santos, Marcia
Gomes, André Couto, Maurício Maynard, Saulo Santiago, Renata Rufino da Silva, Alcindo de
Miranda, Diego Barreto Haddad, Welerson Fernandes Kneipp, Felipe Ferreira, Charlene Cidrini
Ferreira e Mario Manhães Mosso; convidados: Marcus Vinícius dos Santos Moura (DTINF),
Acácio da Silva (DIREG) e Cesar Renato Ferreria Gama (apoio da Secretaria). A Secretaria
20 apresentou os convidados e informou, a pedido da Presidente, que o teto da reunião seria de 2h; a
respeito de não haver sido encaminhada ata para apreciação, informou do excesso de trabalho,
principalmente por causa da Secretaria do Conselho Diretor. A Presidente endossou os recados
da secretaria e solicitou atenção ao teto da reunião, para que pudessem se manter dentro de um
horário razoável, considerando que todos ainda tinham uma série de compromissos. Dando início
25 à Ordem do dia, **Item 2.1 Posse de novos conselheiros**: Everton Pedroza, Priscila dos Santos,
Nilson Lazarin, Alzemar Boy, Ronilson Pinho, Wladmir Motta, Alcindo Miranda, Maurício
Maynard e Mario Manhães. O conselheiro João Dias pediu esclarecimento quanto ao Item 2.5,
pois achava que já havia tido aquela apresentação na reunião anterior. A Presidente pediu para a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

secretaria confirmar a informação e foi dito que na reunião anterior apenas o Comitê Central de
30 Acompanhamento do Covid havia se apresentado, os demais não tiveram tempo e por isso
retornavam à pauta. O conselheiro João Dias disse ter se confundido e achado que o Comitê do
covid e a CEEAP eram a mesma coisa. Prosseguindo, passou-se ao **Item 2.2 Alteração do Art.
9º, inciso VII do Regulamento do CEPE**, e o conselheiro André Couto começou dizendo que a
proposição tinha o objetivo de regularizar uma prática que já existia, que entendia o uso do
35 regulamento para tentar agilizar a reunião, mas não achava que aquele era o caminho, destacando
que era importância que os conselheiros suplentes tivessem a abertura de fala para contribuir no
debate. O conselheiro Christian Vincenzi disse que o desconforto e constrangimento causado na
última sessão por conta dessa norma do regulamento tinha sido extremamente desnecessário, um
ato de autoritarismo; falou da vergonha de a Presidente ter ignorado os seus pedidos de inscrição;
40 falou que o pior tinha sido ver o conselheiro Antonio Castanheira praticamente mandando ele
“calar a boca” e mandando a secretária “mutar” o microfone, que tinha sido vergonhoso; disse
achar que para um conselho deliberativo, com conselheiro eleitos, em que as pessoas precisavam
ser ouvidas, e em que a graduação tinha apenas um conselheiro, que era ele mesmo, e que, numa
combinação com o ensino médio, Gabriella Bordoni e ele tinham sido eleitos no Conselho de
45 Ensino, eles combinaram que ela, por ser a mais nova, seria a titular, eles dialogariam o voto, os
dois teriam voz e pronto, mas, chegando lá, disse que foi colocado tudo “no mesmo bolo”, calaram
a ele, deixaram apenas a Gabriella falar, sendo que não era simplesmente ele se comunicar com a
sua titular, pois a comunicação ia para além de um texto, havia entonação, as memórias do que
viveu como representante e saberia colocar, mas o seu representante titular não saberia; disse que
50 eram repudiáveis a falta de consideração e a vergonha da última sessão, não deveria ter acontecido
e nunca tinha sido feito; comentou que a tradição do CEPE na gestão anterior ele, mesmos em ser
conselheiro, conseguia a palavra; disse esperar que aquele Conselho tomasse “vergonha na cara”
e voto favoravelmente ao item. O conselheiro Angelo Silva lembrou que aquele era o maior
conselho em número de membros do Cefet/RJ, que eles estavam sendo acompanhados pela
55 comunidade externa, e que os representantes pudessem ter uma fala condizente como a instituição
de educação de excelência, responsabilidade e de respeito que o Cefet/RJ sempre teve; falou que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

apesar de representarem os seus pares, naquele Conselho todos eram conselheiros em qualidade de condição e tinham como obrigação e responsabilidade conhecer o regulamento e não via nenhum problema em seguir o regimento; acrescentou que em caso de alteração do regulamento eram necessários 2/3 dos votos dos conselheiros, ou seja, 20 votos, e ser referendado pelo CODIR; disse que apoiava a alteração do regulamento, e propunha que fosse criada uma comissão para fazer isso, pois era necessário rever e atualizar o regulamento, para que depois não se precisasse retornar com outros problemas, havia muitas coisas que precisavam ser revistas, como a quantidade de representantes de alunos, a possibilidade de ter eleição para os alunos; apontou que os docentes tinham representação do magistério superior e do médio técnico, mas os alunos não, reiterando ser necessário a revisão do regulamento. O conselheiro Renato Fernandez comentou que a prática do suplente poder falar sempre tinha ocorrido, sendo regimental ou não, e que quem estava realizando a sessão podia dar a voz àquele conselheiro, e que nunca houve problema nesse sentido, isso estava aparecendo agora; frisou que parecia incoerente não poder dar a voz aos suplentes, mas eles poderem participar de comissões, inclusive presidir comissões; disse que não sua opinião não tinha que se criar uma comissão, que eles podiam votar, reiterando que a prática tinha sido aquela, nunca foi um problema no CEPE, e apelou que fosse votado naquela sessão, para resolver a questão. O conselheiro Hilário Gonçalves comentou, acompanhando o relator, que, sem prejuízo da alteração do inciso VII, do Art. 9º, o Art. 6º também mereceria revisão, pois os suplentes só poderiam integrar comissões especiais quando indicados pelo presidente do CEPE, defendeu que, se em uma sessão, um suplente se inscrevesse para uma comissão, não precisaria da indicação do presidente do CEPE; falou que concordava que não era necessário se formar uma comissão para fazer a alteração do regulamento, pois a questão mais candente era a de dar voz ao suplente, isso já resolveria. O conselheiro Bernardo Gomes disse que era necessário votar aquilo que era urgente, era precipitado em uma época em que estava tão difícil trabalhar de forma remota para mexer em um documento tão importante; quanto à proposição do conselheiro Hilário, disse que se fosse permitido ao suplente estar em comissão ao mesmo tempo que o titular, seria alterada a característica do Conselho, por isso sugeria a votação somente do item que estava na pauta. Em votação, o Item 2.2 alteração do Art. 9º, inciso VII do Regulamento do CEPE, recebeu 16 votos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

85 favoráveis dos conselheiros Alexandre Martinez, Eduardo Ogasawara, Ana Clara Leite, Hilário
Gonçalves, Camila Dazzi, Flavia Lima, Bernardo Gomes, João Dias, Lais Alves, Renato
Fernandez, Christian Vincenzi, Marta Máximo, Nelson Cordeiro, Frederico de Oliveira, Fabiano
Oliveira e Carlos Eduardo Pantoja; houve 7 votos contrários dos conselheiros Wladmir Motta,
Denise Gentili, André Moraes, Patrícia Crossetti, Francisco Cirto, Ricardo Araújo e Silvia Rufino;
90 5 abstenções dos conselheiros Everton Pedroza, Nilson Lazarin, Ronilson Pinho, Angelo Silva e
Gilberto Branco; como não alcançou os 2/3 dos votos regimentais, **o Item 2.2 não foi aprovado**
(não foi possível colher o voto do conselheiro Fernando Neves que estava com problemas de
conexão). A Presidência solicitou ao conselheiro Angelo Silva que a sua proposição fosse
encaminhada para a pauta de outra reunião e este concordou, dizendo que faria a fundamentação
95 por escrito para ser incluída como ponto de pauta. Dando continuidade, o conselheiro Carlos
Eduardo Pantoja apresentou o **Item 2.3 Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão 2020 (Ofício-
Circular nº 002/2020/CONEX)**, dizendo que na última reunião ordinária do Conselho de
Extensão (CONEX) foi deliberado, considerando a pandemia, e a questão das aulas remotas, que
talvez não houvesse tempo hábil para organizar e executar a Semana de Ensino, Pesquisa e
100 Extensão (SEPEX) da melhor forma possível; informou que o CONEX havia criado uma
comissão para avaliar como aconteceria a SEPEX nesse ano e deliberou que se pedisse um
adiamento para o final de novembro para que desse tempo de fazer todas as organizações
necessárias dentro de todas as diretorias, e que essas fossem consultadas, assim como os demais
conselhos; disse que o DTINF já havia manifestado seu apoio, assim como o COPEP e a DIPPG;
105 informou que já estavam fazendo os procedimentos para o processo para compra de medalhas;
comentou que o CONEN ainda não havia se posicionado, mas que era compreensivo pois as
últimas reuniões tinha sido muito exaustivas; destacou que o pedido era para que o CEPE pudesse
referendar esse adiamento para novembro e assim terem tempo de melhor organizar a Semana de
Ensino, Pesquisa e Extensão, e passou a palavra para o conselheiro André Couto, na condição de
110 chefe do Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários, responsável por organizar a
SEPEX. O conselheiro André Couto reiterou a intenção de realizar a SEPEX em novembro, no
período provável de 23 a 27 de novembro, tendo mais tempo para organizar não somente os



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

projetos de ensino, mas também os projetos que deveriam ser apresentados, como os de extensão, com essa possibilidade de retornar de forma remota, com adaptação à forma remota; 115 complementou que, diferente do formato presencial, com vários eventos ao mesmo tempo, no formato digital seria um evento só, com as contribuições, com os trabalhos, com as apresentações dos oito *campi*; informou que isso já havia sido aprovado no Conselho de Pesquisa e o de Extensão, e aguardava a aprovação no Conselho de Ensino, entendendo que a pauta era ampla e com temas mais urgentes, mas essa tinha sido a sugestão, de passar por todos os conselhos, 120 incluindo o CEPE. O conselheiro Eduardo Ogasawara perguntou se as datas de 23 a 27 de novembro estavam fechadas e se naquele período as aulas estariam interrompidas, como normalmente acontecia. O conselheiro Nilson Lazarin comentou que no ofício encaminhado ao CEPE havia referência a se consultar formalmente o DTINF para o apoio ao evento, e por isso fazia o destaque, por causa do suporte do DTINF e por não saber como estava a carga de trabalho 125 deles, informando que no *campus* Nova Friburgo eles já estavam com uma carga muito grande na questão do ensino, vendo, inclusive, a questão de treinamento para os docentes na plataforma Teams; outro ponto era o direito de imagem, porque havia sido levantado nas reuniões dos colegiados do *campus* quando perguntados a respeito das aulas remotas e se isso se aplicaria à questão do uso da plataforma do Youtube, se a Diretoria de Extensão teria como verificar isso. O 130 conselheiro Carlos Eduardo Pantoja esclareceu que as datas ainda não estavam fechadas e havia um diálogo com a DIPPG, pois havia a Jornada Integrada de Pesquisa e Pós-Graduação, pois eles tinham a obrigatoriedade de apresentar os trabalhos de iniciação científica e, historicamente, os eventos eram realizados na mesma semana; com relação às aulas, isso dependia do posicionamento da Diretoria de Ensino e do CONEN para que se mantenha a suspensão das aulas, 135 e por isso não tinha como falar a respeito; no tocante ao DTINF, o conselheiro disse que eles já haviam se manifestado por meio de ofício para dar apoio no uso das ferramentas que o Cefet/RJ já dispunha, pois o evento estava sendo previsto de forma centralizada, não acontecendo um evento diferente em cada *campus*; quanto à legalidade das transmissões, eles estavam se baseando em eventos que já tinham ocorrido na área de pesquisa, e estavam discutindo isso com a DIPPG, 140 da possibilidade de ceder a imagem; reiterou que o que pediam naquele ponto de pauta era ter



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

esse tempo hábil para lidar com todas essas questões novas que iam surgindo e garantir a segurança tanto da Instituição quanto dos alunos e professores que fossem apresentar trabalhos. O conselheiro Fabiano Oliveira externou sua preocupação com uma eventual parada das aulas para a realização da SEPEX, pois não se sabia ainda como seria o retorno às aulas, e a preocupação era com o tempo que teriam para se dedicar para as aulas nesse ano e propôs que o Conselho apontasse para naquele período fosse facultativa a realização das aulas, entendendo que a decisão era do CONEN, mas que seria importante o CEPE, nem que fosse como recomendação, se posicionar sobre aquela questão, pois aquele era o evento mais importante do ano para a Instituição, mas estava muito preocupado com as questões do ensino. O conselheiro Alexandre Martinez disse que se fosse facultativo, muitos dos alunos que participavam dos projetos seriam prejudicados, os trabalhos seriam prejudicados, enfatizando que aquele era um dilema que já havia mesmo no presencial, e comentou que havia professores que não participavam do evento e, mesmo contra a orientação, davam aulas naquele período, prejudicando os que estavam participando, por isso não concordava com aquela opção porque poderia prejudicar muito a qualidade do evento. O conselheiro Carlos Eduardo Pantoja propôs que se votasse pelo adiamento da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão, e que o Conselho de Ensino, quando respondesse ao ofício do CONEX, já se posicionasse em relação às aulas naquele período. A proposta de adiamento da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão, encaminhando uma consulta ao Conselho de Ensino para saber da possibilidade de paralisação ou não das aulas durante a SEPEX foi **aprovada** com 23 votos favoráveis dos conselheiros Alexandre Martinez, Ana Clara Leite, Hilário Gonçalves, Camila Dazzi, Ricardo Araújo, João Dias, Lais Alves, Renato Fernandez, Angelo Silva, Gilberto Branco, Marta Máximo, Nelson Cordeiro, Frederico de Oliveira, Wladimir Motta, Denise Gentili, Carlos Eduardo Pantoja, André Moraes, Patrícia Crossetti, Francisco Cirto, Everton Pedroza, Nilson Lazarin, Ronilson Pinho e Silvia Rufino; 4 abstenções: Flavia Lima, Christian Vincenzi, Fabiano Oliveira e Bernardo Gomes; não foi possível colher os votos dos conselheiros Eduardo Ogasawara e Fernando Neves que pareciam estar com problemas de conexão. Prosseguindo para o **Item 2.4 Alteração do Art. 14 do Regulamento de Estágio Interno (Resolução nº 04/2019)**, o conselheiro Carlos Eduardo Pantoja, que presidira a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Comissão, disse que havia partido de uma deliberação do CONEX, pois foi percebido que o artigo
170 14 estava em desacordo com a Lei 11.788/2008, conhecida como a lei do estágio, e que no
regulamento atual não havia distinção entre orientador e supervisor para os estagiários de forma
simultânea, permitindo que houvesse até 10 estagiários por orientador, o que fazia com que o
número de supervisor ficasse indefinido e em desacordo com a legislação; após aprovação
unânime no CONEX tinha sido encaminhado para a pauta do CEPE, com proposta de redação
175 similar à legislação, a fim de se evitar futuras confusões ou má interpretações; comentou ainda
que a Comissão entendeu ser necessário uma atualização da resolução de estágio, e propunham o
retorno ao Conselho de Extensão para que a redação fosse adequada à realidade atual. O
conselheiro Christian Vincenzi corroborou com a fala do conselheiro Pantoja, que a redação era
para deixar de acordo com a legislação, que era bem clara nessa questão de orientador e
180 supervisor, destacando que era uma norma para o estágio interno, aquele realizado dentro da
Instituição por alunos técnico integrado e por isso o supervisor e o orientador desses estagiários
estava dentro do Cefet/RJ, reforçando que tinham chegado à conclusão que isso não iria criar
problemas. O conselheiro Carlos Eduardo Pantoja enfatizou o que o conselheiro Christian havia
falado, que se tratava do estágio interno, o orientador e o supervisor só podiam ter no máximo 10,
185 quando a figura do supervisor ficava igual à do orientador dentro da Instituição, pois o supervisor
poderia ser externo, caso o orientador e o supervisor sejam internos, eles valores, quando
simultâneos, não podiam passar de 10 estagiários por docente. O conselheiro Nilson Lazzarin pediu
esclarecimento, se no caso era quando havia o acúmulo dessa função, pois no *campus* Nova
Friburgo havia uma orientação que cada professor podia orientar apenas 10 alunos
190 simultaneamente, e isso gerava alguma confusão, isso tratando do interno, queria saber como era
a questão do externo, pois eles tinham o curso técnico de Informática, curso de Turismo e o de
Sistema de Informação, e alguns alunos faziam estágio externo, por isso não estava muito claro a
questão do limite de orientação quando se tinha o estágio externo. O conselheiro Bernardo Gomes
pediu esclarecimento pois, no caso da graduação, mais de 95% dos alunos fazia estágio fora da
195 instituição, e estágio era uma disciplina com um professor responsável por ela e às vezes as turmas
tinham 60 alunos, por isso perguntava se se tratava somente do curso técnico ou da graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

também. O conselheiro Carlos Eduardo Pantoja disse que, de acordo com a legislação, ela falava de estágio obrigatório e esse permitia o acúmulo de 10, fosse interno ou externo, e a Resolução nº 04/2019 tratava apenas do estágio interno, mas a legislação era mais abrangente e dizia que tanto para o estágio interno quanto para o externo, para o estágio obrigatório só poderia ter 10, fosse, por exemplo, 9 orientações e 1 supervisão, ou 5 e 5, o que não podia era passar de 10 simultaneamente; o conselheiro esclareceu que se tratava somente do estágio obrigatório do ensino técnico, não envolvia a disciplina de estágio da graduação. Em votação, o Item 2.4 Alteração do Art. 14 do Regulamento de Estágio Interno (Resolução nº 04/2019) foi **aprovado** com os votos dos conselheiros Alexandre Martinez, Eduardo Ogasawara, Ana Clara Leite, Hilário Gonçalves, Camila Carneiro Dazzi, Ricardo Araújo, Bernardo Gomes, João Terêncio Dias, Lais Alves, Renato Fernandez, Angelo Silva, Christian Vincenzi, Gilberto Branco, Marta Máximo, Nelson Cordeiro, Frederico de Oliveira, Fabiano Oliveira, Wladmir Motta, Denise Gentili, Carlos Eduardo Pantoja, Marcia Gomes (substituindo Flavia Lima que estava com problema de conexão), André Moraes, Patrícia Crossetti, Francisco Cirto, Everton Pedroza, Nilson Lazarin, Ronilson Pinho e Silvia Rufino (o conselheiro Fernando Neves não votou por causa de problema de conexão). Em seguida, passou-se ao **Item 2.5 Apresentação da Comissão para Estudos sobre Atividades de Ensino Alternativos em tempo de Pandemia (CEEAP)**, que foi apresentado pela conselheira Patrícia Crossetti, que iniciou dizendo que a comissão tinha sido organizada com um representante de cada unidade, os diretores sistêmicos, o DEPES, o DEMET, representante da DGP, DTINF e DEAC, a ideia era ter uma comissão com representantes de vários segmentos da Instituição para estudar a situação do trabalho remoto; informou que a comissão se reunira três vezes, feito um relatório e enviado para o CONEN em um primeiro momento; comentou em que 31 de julho tinha havia uma reunião extremamente interessante com representante da DTINF e da DEAC, com um trabalho de atividades remotas mais amadurecido, lembrando que desde o início da suspensão das atividades o DTINF já vinha trabalhando com esse ambiente com o qual teriam condições de fazer e se chegou, nesse primeiro momento, ao consenso de se trabalhar com o Microsoft Teams, que a Instituição já utilizava; informou ainda que a DTINF, juntamente com o professor Alcindo, estava fazendo um trabalho



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

225 com o Moodle; comentou que nos documentos aprovados no CONEN também havia a indicação do uso do Microsoft Teams; destacou que na reunião de julho o professor André Couto havia falado da questão da assistência estudantil, do que era viável, possível e que no dia anterior tinha havido uma reunião específica para tratar das ações viáveis naquele primeiro momento para atender ao público carente e garantir a inserção de todos; resumiu que a reunião da CEEAP havia

230 tratado do Microsoft Teams, que era necessário uma campanha para os alunos fazerem o e-mail institucional e solicitou a colaboração de todos na divulgação, que sairia um informe no Portal do Cefet/RJ, para que pudessem implementar o Microsoft Teams na Instituição como elemento de atividades remotas, e que se iniciassem os trabalhos com atividades assíncronas; destacou que na CEEAP chegavam ideias de todas as unidades, do DEPES, do DEMET, que era muito rico, com

235 a DTINF, com a DEAC, o DGP com a questão dos professores substitutos, dizendo que estavam tentando fazer um alinhamento de todas as ações em paralelo para que pudessem retomar as atividades; acrescentou que na última reunião houve a participação da professora Valéria, presidente da comissão do CONEN que tinha elaborado o questionário, do representante da comissão da graduação, um representante da comissão do técnico (ambas do CONEN), e a

240 professora Rosana representando o Comitê Covid; explicou que havia sido breve por causa do avançado da hora, mas que estava aberta a perguntas. Declaração do conselheiro Fabiano Oliveira registrado no bate-papo: “tenho um compromisso inadiável agora e vou precisar em retirar. Peço por favor registrar minha ausência a partir desse momento (11 horas e 52 minutos)”. A conselheira Marta Máximo pediu esclarecimento, pois no documento do médio técnico havia uma série de

245 outros dispositivos sugeridos além do Microsoft Teams, e se essa escolha tinha sido feita a partir de um estudo de viabilidade, se era a melhor plataforma e se estava de acordo com as orientações tanto da graduação quanto do médio técnico já aprovadas no CONEN. A conselheira Patrícia Crossetti esclareceu que o Microsoft Teams tinha sido um consenso na graduação e no técnico e era por uma razão muito simples, o Cefet/RJ já tinha um contrato com eles, e, naquele momento,

250 não havia como justificar uma nova plataforma, observando o princípio da economicidade, mas, no futuro, se esse período se estendesse e ficasse constatado que não era a melhor solução, o contrato seria revisto. O conselheiro Christian Vincenzi disse que desde o início havia criticado a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

255 formação da CEEAP e o modo como era conduzida; disse que o relatório feito devia ter um mês o dois e não sabia se ele havia sido encaminhado por e-mail, mas era o material concreto que a CEEAP tinha. A conselheira Patrícia Crossetti esclareceu que o material havia sido encaminhado para o CONEN ainda em estado bruto, e tinha sido encaminhado ao CEPE na reunião anterior, e que o relatório tinha situações contraditórias porque tinha sido um *brainstorm*, continha muitas ideias, e que seria ilusão achar que poucas pessoas conseguiriam atentar para tantos pontos que tinham sido levantados naquele relatório, e acreditava que aquele relatório, mesmo em estado
260 bruto, com tantas ideias contraditórias, tinha ajudado no trabalho das comissões do CONEN; disse também que da última reunião da CEEAP não havia um novo relatório pois, como era sabido, o CONEN estava com reuniões constantes, e que os membros da CEEAP estavam trabalhando intensamente nas suas unidades, alguns eram membros do CONEN, por isso não havia um segundo relatório para encaminhar. O conselheiro Christian Vincenzi disse que na sua opinião
265 poderia ter sido feito de uma forma diferente, e outra questão era que ele considerava o CONEN o espaço principal para o debate do que a CEEAP tinha realizado e que sentia falta desse espaço não ter sido criado no Conselho de Ensino, inclusive para saber da última reunião realizada; destacou que o CONEN era um conselho com representantes eleitos, e disse que uma das suas maiores preocupações, visto que a CEEAP englobava tudo das aulas remotas, e que não seria
270 diferente no CEPE, era a questão das bolsas, pois parecia que havia muito alunos precisando de ajuda, isso seria em torno de mil na graduação e mais mil no técnico, ou mais, e ele não sabia o que DEAC, DIREX e DIREN andaram debatendo, e se, por acaso, o auxílio fosse como na UFRJ, uma bolsa de mil reais, isso seria em torno de três milhões, e que estava muito difícil de ter noção do quantitativo dos que tinham dificuldade de acesso mas não tinham respondido, e que era uma
275 preocupação importante de ser pontuada; perguntou à DIRAP o que havia de orçamento, de dinheiro disponível e não aplicado durante a pandemia, para a assistência; solicitou ainda uma reunião com a DIRAP, DIREX, DEAC, quem estivesse envolvido com as bolsas, levar gente dos grêmios também. O conselheiro André Moraes, representante da DIRAP, disse que eles estavam se reunindo constantemente, e que ontem tinha se reunido com a SETEC para saber como seria
280 feito, pois ninguém havia previsto essa dificuldade toda; falou da reunião em que estavam



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

presentes a professora Valéria, a quem pediu números, para saber quantos seriam atendidos com uma bolsa para compra de equipamento e uma bolsa mensal para o pacote de dados, falou que o professor André Couto também estava presente a essa reunião e que havia sido feita uma estimativa de três mil alunos, entre alunos do ensino técnico e da graduação, com base nos alunos cadastrados na assistência estudantil e se fez uma estimativa maior para se chegar a esse número de três mil alunos; explicou que a previsão é uma bolsa auxílio no valor de 800,00 para compra de equipamento e uma bolsa mensal de 100,00 para o pacote de dados; informou que na SETEC ainda havia dúvidas de como isso seria feito, se por compra de equipamento ou se por bolsa, e o aluno ficaria com o equipamento, e essa resposta ainda seria dada; salientou que estavam precisando desses números para poder saber o quanto havia disponível do custeio, pois o Cefet/RJ, e nenhuma outra instituição tinha, a previsão da pandemia, e que alguns já estavam extrapolando e usando esse dinheiro sem a autorização da SETEC; frisou que o Cefet/RJ ainda tinha compromissos com contratos, como o de terceirizados; informou que o governo repassava cinco milhões para assistência estudantil, mas que o Cefet/RJ gastava oito milhões e meio, pegando três milhões e meio do orçamento para complementar a assistência estudantil; o conselheiro comentou que, até o momento, conforme as previsões em cima do número de três mil alunos, havia recursos para o pagamento das bolsas, mas ainda era necessário consultar o que era possível e legal para fazer esse tipo de pagamento para os alunos; ressaltou o ano orçamentário ia até dezembro, mas que o calendário não terminaria em dezembro, não se sabia até quando ia se estender, que sua maior preocupação era não poder pagar as bolsas para o pacote de dados em janeiro ou fevereiro, pois dependia de um novo orçamento e o governo poderia não repassar o valor, e eles já tinham uma sinalização que no orçamento de 2021 haveria um corte de 18% e registrou que até dezembro achava viável usar esse valor de custeio e repassar aos alunos como bolsa, essa seria a melhor opção, pois se fosse licitação demoraria mais tempo, tinha que patrimoniar os equipamentos, alguém teria que ficar responsável, e que na próxima semana já teria um valor estimado de quanto do custeio tinha sido economizado por causa da pandemia, e mencionou que houve também perda de receita dos aluguéis (restaurante, cantina), reiterando que achava possível, mas precisava confirmar os números. O conselheiro Christian Vincenzi disse que ficou em dúvida com relação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

310 à SETEC, se ela iria liberar um orçamento para os IFs. O conselheiro André Moraes esclareceu que a SETEC estava vendo uma reserva para compra de equipamentos para alunos com vulnerabilidade, mas isso seria uma compra padrão, que demoraria e dúvida que havia surgido era da possibilidade de usar o custeio para essa compra de equipamentos e a resposta deveria ser dada na próxima semana; enfatizou que na sua opinião o melhor seria o pagamento de bolsa, mas era necessário autorização da SETEC para isso. A secretaria informou que haviam atingido do teto da reunião, a Presidente solicitou que fosse prorrogado por mais uma hora, para finalizar as apresentações, e pediu que todos fossem breves, pois eles ainda tinham outras reuniões naquele dia, relacionadas ao que o conselheiro André Moraes havia falado, e que ela havia sido convocada para falar desses valores. A conselheira Flavia Lima pediu esclarecimento sobre a metodologia que estava sendo adotada para fazer a discussão do ensino remoto ou sobre as atividades que seriam desenvolvidas; falou da portaria de criação da comissão, no item IV, sobre as atribuições, disse que cabia à CEEAP criar um plano de atividades a ser aprovados nos conselhos pertinentes e um relatório para ser encaminhado ao Conselho Diretor e queria saber se isso já havia sido feito. A conselheira Patrícia Crossetti perguntou à conselheira Flavia se ela se referia à metodologia de todo o processo ou à maneira como eles iriam trabalhar. A conselheira Flavia Lima disse que era referente a qual metodologia estava sendo utilizada para fazer aquelas discussões. A conselheira Patrícia Crossetti disse que proposta da CEEAP era a de ir nas bases, “seduzir o professor”, e comentou que no início do processo recebeu muito e-mails contra a EAD, mas que todos acreditavam que em agosto estariam retomando o presencial, mas não tinha sido assim, que as ações de ensino no mundo eram diferentes do que havia sido planejado no início, que ninguém sabia direito o que era a covid, que tinha sido uma situação nova para todo mundo; destacou que achava que o termo EAD tinha usado de forma inadequada, pois, no caso do ensino técnico, que eram menores de idade, e a EAD não podia ser aplicada a eles, depois se esclareceu que a proposta era para atividades remotas, atividades não presenciais e então as pessoas começaram a enxergar que teríamos que retornar de forma remota, que não dava mais para esperar; o trabalho começou com a base, pedindo para os colegiados começarem a discutir e em muitos o efeito foi muito bom, a experiência estava sendo interessante, os professores estavam aprendendo a usar o Microsoft

315

320

325

330

335



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Teams, e ressaltou que as pessoas estavam descobrindo que precisavam se reinventar; a conselheira Patrícia pediu licença para fazer um desabafo, de que o Conselho de Ensino não havia aceitado bem a CEEAP, no seu entendimento, a Comissão era para fazer ações executivas, para
340 colocar em prática e o Conselho de Ensino não tinha aceitado, era o seu entendimento, e o CONEN tomou a frente do processo; relatou que vários *campi* fizeram planos de trabalho excepcionais, como Valença, Angra, Itaguaí, destacando que seria disponibilizado no portal do Cefet/RJ os vídeos feitos por Angra no Microsoft Teams, disse que Valença e Petrópolis tinham feito propostas de calendário, e falou que a CEEAP poderia se reunir e levar uma proposta de como as
345 unidades iriam trabalhar e para ser aprovado no Conselho Diretor; destacou que nas atribuições da CEEAP estava o acompanhamento das ações futuras, para que as unidades pudessem levar à DIREN o que estava acontecendo, mediar a interlocução com o DTINF, com o DERAC, frisou que muitos não conheciam o funcionamento da Instituição, apresentavam ideias maravilhosas mas que não tinham como ser executadas; falou que a ideia inicial era essa de ter um lugar em que as
350 pessoas pudessem levar suas dúvidas, sugestões e discutir, disse que não se opunha a fazer uma relatoria dos planos de trabalho das unidades e levar ao CODIR, mas pediu um pouco mais de tempo, pois o CONEN (dizendo que entraria na parte do CONEN), tinha aprovado uma relatoria da comissão do ensino médio técnico e da comissão da graduação, e ela pensava que, depois de aprovadas e transformadas em resolução, fossem encaminhadas para aprovação do CEPE e depois
355 retornasse à CEEAP, para que cada unidade fizesse os ajustes necessários nos seus planos de trabalho, assim como o DEMET e o DEPES, com a regulamentação aprovada seriam feitos os ajustes de como se iria trabalhar, por isso pedia esse tempo, para que a CEEAP pudesse fazer esse novo documento balizado pelas aprovações do CEPE; informou que na reunião com o DTINF, eles sinalizaram que o retorno deveria ser aos poucos, e foi consenso na CEEAP que o início seria
360 com o 4º ano, lembrando que o CNE pediu para que fosse dada prioridade aos formandos, e reiterou, que, depois do calendário aprovado, fosse dado um tempo para a CEEAP se organizar, que relatório não fosse impeditivo para começarem as aulas. O conselheiro Alexandre Martinez agradeceu por ter sido convidado para uma reunião da CEEAP e que depois repassara tudo para a sua comissão; com relação ao Teams, de alguma forma atendia, mas que era complicado ter



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

365 apenas uma plataforma, que o próprio DTINF não sabia ainda se haveria problema com todas as
turmas entrando ao mesmo tempo, se seria necessário fazer um *upgrade* no contrato, e o DTINF
informou também da dificuldade de usar o Google como plano B; disse que agora estava sabendo
do grupo trabalhando no Moodle, que era muito bom e informou que no projeto EAD da rede e-
Tec mais de 100 professores tinham recebido treinamento em Moodle, e outros em outros projetos
370 também, que isso era muito importante; comentou que a posição que a comissão tinha da questão
da assistência estudantil era apenas a daquela reunião, e estavam elaborando o documento sem
muita informação, e que o esclarecimento do conselheiro André Moraes tinha sido precisa, e que
sua preocupação na reunião da CEEAP foi a respeito de uma votação, para se indicar uma data de
início como sugestão para ser analisada no CONEN, mas até então não havia chegado ao
375 Conselho; o conselheiro Alexandre pediu a empatia de todos, pois nenhum aluno podia ficar para
trás por conta das mudanças, via com preocupação a SETEC ainda estar vendo como seria a
questão dos equipamentos, do edital; que via com preocupação a questão levantada pelo
conselheiro André Moraes, dos orçamentos de 2020 e 2021, que era necessário ter um plano B;
por fim, reiterou a fala da conselheira Patrícia, de que muitas pessoas não tinham conhecimento
380 das diversas ações do colégio, dos departamentos e acrescentou que também não tinham
conhecimento da legislação, e ficava preocupado com os documentos que chegavam com
inconsistências legais, e que não hora da decisão fosse levada em consideração as diretrizes gerais
tanto do médio quanto da graduação, dadas pelas comissões do CONEN. A conselheira Flavia
Lima pediu novos esclarecimentos a respeito da dinâmica da CEEAP. A conselheira Patrícia
385 Crossetti disse que as resoluções saíam do CONEN e seguiriam para o CEPE, como sempre
tinha sido; com relação aos planos das unidades, elas precisariam adequar os seus planos às
resoluções aprovadas; a conselheira reiterou que o Teams era a plataforma que seria utilizada, o
restante ainda era estudo de possibilidade; a respeito da data, respondendo ao conselheiro
Alexandre, disse que era para se ter um objetivo, e tinha sido definido para a primeira semana de
390 setembro, mas, se não fosse viável, seria alterado, e que havia situações, como a de contratação
de professores, que dependiam de uma data de referência, por isso foi votada essa meta; quanto
ao calendário, disse que já estava em estudo um proposta, a partir dos documentos da graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

e do técnico, que seria levada ao CONEN, depois seguiria para o CEPE para aprovação e então haveria o início das atividades. Referente ao **Item 2.6 Apresentação do Conselho de Ensino**, a

395 conselheira Patrícia Crossetti disse que achava já ter falado quase tudo e resumiu os trabalhos das comissões da graduação e do técnico, enfatizando que tinham sido duas semanas exaustivas de trabalho e que agora os documentos seriam encaminhados do CEPE para dar continuidade aos processos; comentou a respeito do questionário elaborado no CONEN, que alguns acharam ter tido uma baixa adesão, mas a professora Valéria analisou outros questionários, de outras

400 universidades, e constatou que a adesão deles tinha sido ainda menor; comentou que o questionário estava servindo de apoio para a ações de extensão; informou que as bolsas de monitoria foram mantidas desde o início, que foi feita a migração dos alunos para a monitoria remota e que estava funcionando, e que tinha sido uma grata surpresa. A conselheira Camila Dazzi disse que, embora não fizesse parte do CONEN, tinham percebido uma crítica no início da fala

405 da conselheira Patrícia Crossetti e que não achava justo, pois tinha acompanhado as reuniões desde o começo e parecia a ela que se alguma coisa estava acontecendo, era porque os conselheiros tinham pressionado, que não lhe parecia certo jogar a culpa no CONEN; acrescentou que se naquele momento estavam tendo os atropelos com as reuniões, uma atrás da outra, reuniões longuíssimas era porque a atual gestão não tinha tomado a atitude devida no tempo em que

410 deveria ter tomado, por isso achava importante fazer uma defesa do CONEN naquele sentido. A conselheira Patrícia Crossetti disse que em momento algum tinha feito crítica ao CONEN, o que tinha dito era que houve uma resistência à questão da CEEAP, mas que isso, felizmente, já estava pacificado. O conselheiro Christian Vincenzi disse que eles, no Conselho de Ensino, já estava preocupados, desde o início da pandemia, com essa questão, mas que passaram pelos meses de

415 março e abril sem sessão do Conselho, e que no início de maio eles começaram a enviar e-mail para a secretaria do Conselho e para a presidente solicitando reunião, que tinha sido por iniciativa deles, tentando trabalhar, a CEEAP sendo criada em paralelo, ele achava que sim, que tinha havido uma demora grande por parte da Diretoria de Ensino, e a resistência tinha sido por isso, pela comissão ter sido criada em paralelo num critério da própria gestão, sem diálogo com o Conselho,

420 enquanto havia um Conselho de Ensino eleito; destacou que não havia nenhuma pauta, ou ata, da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

CEEAP apresentando algo ao Conselho de Ensino, nem de apresentar o relatório, o relatório tinha sido apenas encaminhado, e ele achava que o diálogo tinha sido centralizado para a CEEAP; falou que não tinha entendido a que novo documento a conselheira Patrícia Crossetti tinha se referido, se era o documento do CONEN ou se a CEEAP iria apresentar um novo documento, e se fosse esse o caso, que fosse apresentado ao CONEN para debate, pois, se falasse de regulamentação do próprio ensino o debate tinha que ser feito no CONEN; a respeito do questionário, disse que havia ficado um tempo *online*, que ele tinha pedido muito pelos resultados, mas que só tinham sido liberados em 07 de agosto, uma sexta-feira, tendo que estudar com o tempo contado, pois a reunião seria na terça-feira seguinte; falou que não entendia, e que respeitava o trabalho da unidade de Angra, mas eles haviam recebido os dados no dia 29 de julho, mas que os conselheiro não tinham recebido, e achava isso extremamente incongruente; comentou que estava na pauta a apresentação do Conselho de Ensino, mas que estava sendo apresentada a CEEAP, que não tinha sido feita a apresentação do Conselho de Ensino; apontou também que na pauta da reunião anterior estava na pauta a apresentação das diretorias sistêmicas, e não entendia porque tinha sido retirado de pauta.

435 A conselheira Patrícia Crossetti esclareceu que a comissão do questionaria tinha recebido um ofício de Angra solicitando os dados da unidade e a comissão tinha entendido que poderia atender. O conselheiro Alexandre Martinez informou que o documento do médio técnico tinha uma linha do tempo precisa e recomendou a leitura; com relação ao questionário e a sua acanhada adesão, principalmente no médio técnico, e depois da fala do conselheiro André Moraes, da preocupação de ter o dado exato, ele sugeria que fosse feita uma nova ação para os não respondentes, para terem uma posição mais segura, para que o conselheiro André Moraes pudesse fazer o trabalho dele da melhor forma; ressaltou que o material das Uneds havia chegado como informe, mas depois do trabalho deles estar pronto, e que havia algumas inconsistências legais, e, como era um material muito extenso, ele ainda não tinha conseguido ler tudo, mas destacava porque na hora de fazer as adaptações às diretrizes do CONEN, tinha que atentar para essa questão da legislação. O conselheiro Christian Vincenzi pediu questão de ordem, pois achava que tinha que ter a apresentação do Conselho de Ensino, para todas as comissões poderem falar, e isso não estava acontecendo no CEPE. A secretaria esclareceu que a comunicação do CEPE fora encaminhada



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

aos presidentes dos conselhos e eles haviam determinado como seria a apresentação.

450 Prosseguindo, o conselheiro Carlos Eduardo Pantoja deu início à apresentação do **Item 2.7**
Apresentação do Conselho de Extensão, dizendo que o peido do CEPE tinha sido levado ao
Conselho e que na reunião de 24 de junho eles tinham produzido um documento com as atividades
com as quais o CONEX estava preocupado naquele momento; disse que no momento da covid-
19 o que estava impactando eram os editais bolsas do PBEXT 2020 e PBEXT-DH 2020, que não
455 estavam implementados e as bolsas ainda não estavam sendo pagas, e que já tinha sido decida a
retomada dos projetos de extensão que fossem possíveis de se adaptar às atividades remotas; falou
do trabalho da comissão da SEPEX, que já havia sido discutido em item de pauta anterior; disse
que também haviam sido listadas todas as ações realizadas pela Diretoria de Extensão, durante
aquele período de pandemia; informou que continuavam as assinaturas de convênios de estágio,
460 assim como os termos de compromisso, comentando que como todas as outras diretorias e Uneds,
a DIREX não estava preparada para o trabalho 100% remoto, mas, com o apoio do DTINF,
finalmente eles estavam com acesso a todas as pastas, cumprindo 100% das demandas que
possuíam; falou que alguns convênios e cooperações técnicas demoravam um pouco porque
precisavam de chancela jurídica, mas os que retornavam estavam sendo celebrados, informou que
465 estavam trabalhando com vários editais de extensão, destacando o IFMaker do CONIF, as bolsas
de iniciação científica do CECIERJ, informou que as bolsas de assistência estudantil estavam
sendo pagas e eles já estavam pensando nas bolsas do segundo semestre; ressaltou que os números
de referência do DEAC da assistência estudantil tinham por base as inscrições que haviam
recebido de alunos com renda *per capita* de até 1.500,00, que tinham conseguido mapear 2.500
470 alunos, considerando todos os *campi*; da parte das incubadoras, disse que várias atividades se
mantiveram em funcionamento, inclusive a busca de captação de recurso de uma emenda
parlamentar; encerrando, se colocou à disposição para esclarecimentos. O conselheiro João Dias
disse que a sua dúvida era referente às bolsas de iniciação científica da CECIERJ, que tiveram os
pagamentos suspensos, e que tinham previsão de vigência a partir de setembro, se não haveria
475 pagamento, se existia algum impedimento. O conselheiro Carlos Pantoja lembrou que o
documento enviado para os conselheiros era de junho e algumas coisas tinham sido atualizadas,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

e passou a palavra para o conselheiro André Couto, do DEAC, para esclarecer. O conselheiro André Couto disse que se tratava de um parceria com a CECIERJ, com bolsas pagas pela FAPERJ, que no ano anterior foram oito bolsas e para esse ano, após negociação, eram 52 bolsas para todos os *campi*, o processo estava em análise, após várias prorrogações pela FAPERJ, e a previsão era o pagamento das bolsas a partir de 1º de setembro; o conselheiro informou que a Fundação estava trabalhando com a ideia de projeto de iniciação científica de forma remota. A conselheira Marta Máximo pediu uma atualização da questão do remanejamento de bolsas de extensão dos projetos que pudessem se adaptar à modalidade remota, e dos que não pudessem, considerando que as bolsas seriam pagas de agosto até dezembro, queria saber quantas novas bolsas seriam dadas diante desse remanejamento. O conselheiro André Couto disse que era uma questão muito importante, informando que o CONEX havia decidido consultar todos os projetos fossem consultados se poderiam se adaptar à modalidade remota, para justificar o pagamento das bolsas, e aqueles que não pudessem estariam suspensos e sem nenhum ônus, mas a consulta havia sido estendida até o dia 14 de agosto, para que as pessoas pudessem se posicionar, e, a partir da próxima semana eles saberiam quantos projetos poderiam atuar e como seria o remanejamento das bolsas. O conselheiro Christian Vincenzi disse que no início do ano houve uma preocupação muito grande, mas que havia sido resolvida no segundo semestre, pois teria que se ter muito cuidado para que o fechamento das inscrições de bolsa do PAE não se desse antes do período de matrícula dos calouros, e comentou que no início deste ano, os calouros que tinham entrado por reclassificação, perderam a inscrição dessas bolsas e no segundo semestre estava mais bem resolvido e tinham contemplado os novos alunos; falou que o DCE tinha uma preocupação muito grande com isso, pois muitos alunos que entravam não sabiam que havia essas bolsas, e disse que quanto mais melhor, e que eles estavam à disposição para divulgar bem esse tipo de programa, porque precisava alcançar a todos. O conselheiro Carlos Pantoja comentou de uma reunião em que o conselheiro Christian esteve presente e em que havia sinalizado aquela preocupação, e que a questão tinha sido levado ao DEAC, para que nos próximos editais as datas batessem, e que ele não precisava se preocupar pois isso estava sendo levado em consideração; comentou que neste semestre, especificamente, os prazos previstos eram mais extensos, com entradas até outubro, se



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

505 não estivesse enganado, e que eles estavam sim considerando os prazos das listas de matrículas; aproveitou para se dirigir aos diretores de *campus* presentes, pois precisariam da ajuda deles com a segunda parte do edital de assistência estudantil, porque sabiam que as equipes de assistentes sociais eram reduzidas e queriam marcar reuniões para dar esse apoio aos assistentes sociais no levantamento socioeconômico. A secretaria informou que o teto da prorrogação já havia sido

510 atingido e a Presidente solicitou que se passasse ao último item da pauta, para que não ficasse pendente para a próxima reunião. No **Item 2.8 Apresentação do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação**, a conselheira Denise Gentili iniciou dizendo que o NIT estava acompanhando o credenciamento das fundações no MEC, que das quatro autorizadas pelo CODIR, duas já haviam conseguido autorização do MEC (FUNCATE e FAAC) e as demais ainda estavam abrindo

515 processo no MEC; informou que para eles poderem utilizar uma fundação de apoio eles ainda precisavam da aprovação da documentação para um coordenador poder submeter projeto na instituição, que estavam naquela etapa; disse que o NIT estava ajudando a Instituição com os editais de inovação, que o primeiro que tinham concorrido fora o IFMaker e tinham sido aprovados na primeira etapa (de documentação), e aguardavam pela segunda etapa para saber com

520 quantos projetos seriam contemplados; mencionou outro edital de inovação, o Oficinas 4.0, dependia ainda de um edital interno de seleção para poderem participar, mas já estava em andamento. O conselheiro Ricardo Araújo fez uma breve apresentação do departamento de pesquisa, informando que havia quatro editais em andamento, três de apoio aos grupos de pesquisa (auxílio individual e auxílio aos *campi*), e o do PIBIC, que tinham acabado de receber o parecer

525 favorável do CNPq; comentou que estava em andamento a Jornada Integrada de Pesquisa e Pós-Graduação (JIPP 2020), juntamente com a DIREX, para que ocorresse, como sempre acontecia, durante a SEPEX. Declaração do conselheiro Bernardo Gomes no bate-papo: “Por favor avisem que terei que me ausentar, por que tenho um compromisso agora...contava de ir até às 12h, logo deixei agendado este das 13h”. O conselheiro Wladmir Motta estava apresentando dificuldades

530 de conexão e não pode participar da apresentação do item. A Presidente, antes de abrir o expediente final, esclareceu que na pauta da última sessão havia solicitado ao Professor Lourival que contemplasse na apresentação do Comitê as diretorias sistêmicas, e acreditava que ele tivesse



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

entregado ao Conselho a apresentação dele, se não, ela seria encaminhada por e-mail. O
conselheiro Christian Vincenzi insistiu que deveria ser feita a apresentação do Conselho de
535 Ensino. A Presidente esclareceu que as apresentações tinham sido solicitadas aos diretores, e que
eles poderiam ver com a conselheira Patrícia Crossetti se havia mais alguma coisa a ser
apresentada do CONEN, pois ela era quem determinaria o que seria apresentado. O conselheiro
Christian Vincenzi disse não achar que cabia aquela burocratização, que eles poderiam abrir para
as comissões criadas no Conselho. A conselheira Patrícia Crossetti esclareceu que haveria, num
540 próximo momento, assim que fossem encaminhados os documentos ao CEPE, as apresentações
das comissões, pois o CEPE não teria como discutir apenas baseado nas propostas, as comissões
estariam presentes para defender suas propostas, por isso que ela tinha falado superficialmente
das propostas, porque entendia que merecia um discussão com calma, com tempo, e com o CEPE
de posse dos documentos. O conselheiro Christian disse que eles não estavam, por exemplo, de
545 posse dos documentos da CEEAP, que ela apenas havia falado das reuniões, e achava que eles
poderiam ouvir nem que fosse um breve relato das presidências das comissões, e isso adicionaria
para uma pré-discussão. A conselheira Patrícia esclareceu que a professora Valéria não estava
presente, que o conselheiro Bernardo já havia saído, e ela achava que numa próxima reunião, com
o CEPE de posse de todos os documentos, as apresentações poderiam ser feitas, lembrando ainda
550 do avançado da hora daquela reunião, dos compromissos da Presidente, dos demais diretores. A
Presidente reiterou que a DIREN havia definido e feito a apresentação. O conselheiro Christian
pediu para registrar que a pauta estava errada, porque não tinha sido uma apresentação do
Conselho de Ensino, tinha sido uma apresentação da DIREN, da DIREX e da DIPPG, e que
achava que era muito conveniente dizer que a DIREN definia o que o Conselho de Ensino estava
555 apresentado, que isso estava equivocado, que achava que o debate na parte do ensino estava sendo
esvaziado, porque tinha havido muito embate no Conselho de Ensino para avançarem as
discussões, e achava que a conselheira Patrícia não estava representando o Conselho, que ele não
se sentia representado como conselheiro de ensino. Entrando no Expediente Final, **Item 3.1**
Assuntos Diversos, o conselheiro João Dias informou que a comissão da qual fazia parte, da
560 regulamentação da carga horária docente (Portaria SETEC nº 17/2016), estava tendo uma



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

sequência de reuniões virtuais com os docentes dos *campi*, para escutar a comunidade e por isso pedia aos diretores de *campi*, particularmente Angra, Itaguaí, Nova Iguaçu que divulgassem o e-mail da comissão para a comunidade, para que houvesse a participação do maior número de docentes possível nesse debate, para que eles pudessem levar ao pleno do CEPE na sessão de 565 outubro; pediu à presidência do CEPE que, apesar do regulamento não permitir de antemão a voz do suplente quando o titular estivesse presente, que a presidência concedesse esse direito, pois cabia a ela conceder aquele direito, para que houvesse um debate mais democrático, mais amplo, e para que pudessem ter resultados mais positivos das suas deliberações. A Presidente agradeceu a fala e disse continuar nesse mesmo movimento de seguir o regulamento, que tinha sido 570 democraticamente feito com toda a instituição, ressaltando que a eleição dos conselheiros tinha sido democrática, por isso não se via não cumprindo a democracia, estava seguindo o regulamento que havia sido feito de forma democrática. O conselheiro Angelo Silva disse que, principalmente em Angra, os alunos e os pais estavam acompanhando as reuniões do CEPE, do CONEN e do CODIR, e que estava recebendo muitos questionamentos deles sobre as falas, às vezes pesadas 575 dos conselheiros, e dizia isso para que estivessem atentos a essas questões e tivessem o cuidado de manter o foco, pois a comunidade do Cefet/RJ estava muito preocupada com o retorno das atividades, lembrando que naquela reunião havia muita gente externa ouvindo eles, para que tivessem esse cuidado e foco nas atividades e no seu papel de conselheiros de uma instituição de educação, que ele sabia que todos tinham, eram excelentes colegas, eram conselheiros e saberiam 580 levar isso com o máximo cuidado e nos outros conselhos também. A conselheira Camila Dazzi disse achar que era essencial, pois quando pegavam a pauta e estava escrito que tinha a apresentação do Conselho de Ensino, ela tinha tido essa compreensão e que a pauta deveria ser respeitada, ou que antes tivesse sido informado quem iria falar, porque ela estava esperando a apresentação do Conselho de Ensino, dizendo que era muito complicado quando a pauta era 585 malfeita, isso demonstrava uma inaptidão de quem estava fazendo o trabalho, reiterando que gostaria de escutar o CONEN. O conselheiro Alexandre Martinez retomou o que a conselheira Patrícia Crossetti havia dito, que realmente havia tido uma resistência do CONEN em relação à CEEAP, e que isso se deveu à comissão ter atribuições que eram do CONEN e eles não haviam



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

590 sido convocados, e que isso estava provado naquele dia, em que se tinha juntado em uma fala da CEEAP e eles não haviam falado; disse entender que haveria outro momento em que eles poderiam aprofundar isso, com uma reflexão mais ampla, mas que poderiam ter sinalizado para aquele Conselho as dificuldades que tiveram, os problemas polêmicos, reiterando que compreendia a decisão da conselheira Patrícia. O conselheiro Renato Fernandez disse que voltaria ao ponto levantado pelo conselheiro João, pois naquele regulamento democrático tinha um artigo que permitia à Presidente nomear um suplente para participar de uma comissão, também lhe dava o direito de dar a voz a quem não tinha, comentou que não ter direito a voz não queria dizer que estava proibido de falar, a concessão da voz era um instrumento que permitia a fala de quem não tinha aquele direito, o que acontecia com os convidados, e dar voz aos suplentes não feria o regulamento. A Presidente fez um aparte, dizendo que tinha essa consciência, mas que os convidados tinham hora para falar, como sempre tinha sido feito. O conselheiro Renato Fernandez reiterou que dar voz ao suplente era uma função do presidente, que ela só estaria exercendo a sua função, e disse que como sempre fora uma praxe, nunca se tinha mexido no regulamento, e ela poderia exercer aquela prática, demonstrando grandeza, pois aquela era uma instituição de ensino, em que todos tinham voz, e o que os norteava era ouvir a todos, dizendo que seria lamentável se aquele Conselho não seguisse aquilo, que perderia legitimidade. O conselheiro Hilário Gonçalves reforçou o informe do conselheiro João a respeito da comissão da carga horária docente e do pedido aos diretores das unidades, reforçando o debate que a comissão estava fazendo em cada *campus*; informou que a comissão da RAD havia retomado os trabalhos e estava programando visitas e reuniões *online* nos *campus*, começando pelo *campus* Valença, para que pudessem apresentar o quanto antes o relatório finalizando o trabalho da comissão. O conselheiro Christian Vicenzi disse que na reunião do CONEN (aos 14min e 50s na gravação que o DCE havia realizado no Youtube), havia sido citado que o Ministério Público Federal tinha feito solicitações ao Cefet/RJ e que o Cefet/RJ tinha enviado áudios de gravações dos conselhos para o MPF, em audiência em que ela esteve com o procurador Fábio Aragão, e que ele achava que o ofício do MPF e quaisquer outras documentações que tivessem tramitado naquela conversa precisavam ser expostas no CEPE, porque envolvia a figura de cada conselheiro, seus CPFs e todo o seu direito

600
605
610
615



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

620 civil. A Presidente disse que entendia e que estava registrado; informou que simplesmente havia sido chamada para uma oitiva. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão às treze horas e vinte e sete minutos. Lavro a presente ata, que segue assinada por mim, Michele Roberta Rosa e Silva, na qualidade de Secretária, e pela Presidente, Silvia Cristina Rufino.

625

Silvia Cristina Rufino

Presidente

Michele Roberta Rosa e Silva

Secretária